**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOÃO PEDRO TOLEDO TRICOLI DE LUCAS**

**ECONOMETRIA ESPACIAL PARA ANÁLISE DO CRIME NO SUDESDE BRASILEIRO**

**CAMPINAS**

**2023**

**JOÃO PEDRO TOLEDO TRICOLI DE LUCAS**

**ECONOMETRIA ESPACIAL PARA ANÁLISE DO CRIME NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Monografia I.

Orientadora: Prof.ª. Dra. Paulo R S Oliveira

**PUC – CAMPINAS**

**2023**

**RESUMO**

LUCAS, João Pedro Toledo Tricoli. TÍTULO. 2023. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

O Resumo apresenta em **um parágrafo** uma visão geral sobre o conteúdo da monografia, entre 15 e 20 linhas, para informar ao leitor o seguinte: I) os objetivos = tema analisado na monografia; II) a metodologia = fundamento teórico, métodos e técnicas de abordagem e de análise; III) os resultados = destaca ideias principais, fatos novos, descobertas significativas, relações e implicações verificadas; e IV) as conclusões = consequências dos resultados e suas relações com os objetivos.

Os itens III e IV só devem ser confeccionados quando a monografia estiver pronta.

(Obs: A redação deve ser na forma dissertativa (frases concisas, objetivas e diretas em parágrafos com introdução, desenvolvimento e conclusão), devendo-se evitar enumeração de tópicos, fórmulas, equações, tabelas, quadros e gráficos.)

**Palavras-chave:** Crime, Econometria Espacial, Analise Espacial, Crime São Paulo, Economia do Crime.

**LISTA DE GRÁFICOS**

[**Gráfico 1 -** A 15](#_Toc55247348)

**LISTA DE QUADROS**

[**Quadro 1 -** A 13](#_Toc55247196)

**LISTA DE TABELAS**

[**Tabela 1 - Matriz com Pesos Binários** 20](#_Toc137714358)

[**Tabela 2 - Matriz de Vizinhança com Pesos Padronizados** 21](#_Toc137714359)

**LISTA DE FIGURAS**

[**Figura 1 - Conceitos das Matrizes de Vizinhança** 18](#_Toc137714435)

[**Figura 2 - Matriz de Vizinhança de Segunda Ordem** 19](#_Toc137714436)

[**Figura 3 - Comparação de Modelos de Estimação** 26](#_Toc137714437)

**LISTA DE SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

**SUMÁRIO**

[1. INTRODUÇÃO 8](#_Toc149119858)

[1.1 TEÓRIA ECONÔMICA SOBRE A CRIMINALIDADE 10](#_Toc149119859)

[1.1.1 DANOS 11](#_Toc149119860)

[1.1.2 O CUSTO DE APREENSAO E CONVICCAO 12](#_Toc149119861)

[1.1.3 O FORNECIMENTO DE OFENCAS (ofensas?) 13](#_Toc149119862)

[1.1.4 PUNIÇÃO 14](#_Toc149119863)

[1.3 REVISAO DA LITERATURA 15](#_Toc149119864)

[1.3.1 DETERMINANTES DO CRIME 16](#_Toc149119865)

[2. METODOLOGIA 22](#_Toc149119866)

[2.1 REGRESSÃO ESPACIAL 22](#_Toc149119867)

[2.2.1 AUTOCORRELACAO ESPACIAL 23](#_Toc149119868)

[1.2.1 MATRIZ DE VIZINHANCA 24](#_Toc149119869)

[1.2.2 MATRIZ DE VIZINHANCA COM PESOS 26](#_Toc149119870)

[1.2.3 MORAN`S INDEX 28](#_Toc149119871)

[1.2.4 METODO DOS MINIMOS QUADRADOS ORDINARIOS (MQO) 29](#_Toc149119872)

[1.2.5 MODELO SPATIAL LAG 31](#_Toc149119873)

[1.2.6 MODELO SPATIAL ERROR 33](#_Toc149119874)

[3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 34](#_Toc149119875)

# INTRODUÇÃO

Há procura de respostas sobre a criminalidade sempre foi algo estudado por diversas áreas acadêmicas, tendo como pioneirismo a sociologia, com estudos empíricos, baseado em observação. O desenvolvimento da criminologia pode ser sintetizado em duas classificações. A escola clássica desenvolvida no século XVIII, com a tentativa de reformar o sistema legal e proteger o acusado contra ações arbitrarias do estado e a escola positivista, com o intuito de aplicar métodos científicos ao estudo do crime. (JEFFERY, [1959-1960])

A escola positivista ao contrário da clássica rejeitava a definição de crime como um termo legal, tendo como diferença, o foco de estudo, sendo o indivíduo criminoso, como elemento central, e não o crime em si. A caracterização do positivismo pode ser vista segundo Jeffery ([1959-1960]) como a tentativa de responder por meio de estudos científicos a criminalidade.

The main characteristic of positivism is its attempt to answer the riddle of criminality by means of scientific studies of the individual offender. The use of scientific method is one of the major characteristics of positivism. (JEFFERY, [1959-1960], v.50, p.3)

Cesare Lombroso, criminologista italiano foi um dos pioneiros na visão positivista, mudando a atenção para o indivíduo no escopo dos estudos. A pergunta do “como e porquê?” as pessoas cometem crimes é a principal indagação do positivismo. (JEFFERY, [1959-1960])

Neste sentindo diversas áreas acadêmicas contribuíram para esta pergunta, partindo da sociologia, psicologia, incluindo as ciências econômicas. A criação de modelos com fundo científico para explicações econômicas iniciou de forma mais constante a partir de Adam Smith, com considerações ao individuo como racional, custo benéfico e teorização sistemática de problemas econômicos.

Desta forma, a base cientifica do positivismo promoveu um ambiente propicio há aplicação de modelos matemáticos, com fundo econômico, tendo como objetivo entender os fatores que estão relacionados com a decisão do indivíduo ao cometer um crime.

A base destes estudos, se encontra entorno de análises econométrica espacial das variáveis socioeconômicas, que podem se relacionar com a ação criminosa, em outras palavras, quais fatores podem influenciar na decisão do indivíduo em cometer ou não um crime.

A literatura discute vários indicadores socioeconômicos que podem estar vinculado com a criminalidade. Segundo Jeffery ([1959-1960]) a sociologia e psicologia enfatizam a importância da família na relação do crime, por outro lado, a economia busca relação com o desemprego, renda, desigualdade social, dentre outras.

Uma das teses cientificas baseadas no pensamento econômico, que irá servir como base para este trabalho, é a de Becker (1968), explicitado em seu estudo, Crime and Punishment an Economic Approach, onde um modelo econômico e matemático analisa a escolha de um indivíduo de cometer ou não um crime. Assumindo a racionalidade, uma pessoa cometeria um ato ilícito ao considerar que a utilidade de cometer tal delito supere a utilidade que ele poderia ter ao utilizar seu tempo em outra atividade legal.

A visão utilitarista traz um ideal sobre a escolha do indivíduo racional, ponderando os riscos e possíveis recompensas no momento de escolha da prática criminosa. A inclusão das variáveis socioeconômicas em modelagem matemática tem por objetivo identificar os possíveis determinantes que pesem na decisão do indivíduo, sendo uma das contribuições econômicas.

Com isso, diversas contribuições foram feitas, em vários níveis territoriais para as principais variáveis socioeconômicas e a relação com a atividade criminal. A literatura concorda que por exemplo, um maior nível de educação, menor desigualdade, dentre outros, levariam a uma redução no nível de criminalidade.

Contudo no passar dos séculos vemos uma maior alfabetização, democratização, renda, controle inflacionário e diversos outros avanços socioeconômicos que contribuem para a melhora do bem-estar. Apesar disso os indicadores de violência e criminalidade continuam a crescer de maneira constante. Filho e Reis (1999) explicitam este fenômeno como um paradoxo, onde apesar dos avanços socioeconômicos a criminalidade continua a aumentar, principalmente em grandes centros urbanos.

Portanto este trabalho tem como objetivo geral estudar a economia do crime, com referencial teórico pautado na teoria de Becker (1968), utilizando de modelagem a econometria espacial para identificar a relação das principais variáveis socioeconômicos com a criminalidade na região Sudeste do Brasil.

Os objetivos específicos são: a) Analisar o referencial teórico de Becker (1968) sobre a economia do crime (ref); b) Revisão da literatura, pautada na conclusão de resultados obtidos em estudos similares, com diferentes níveis territoriais, e a decisão nas escolhas de variáveis; d) Especificar os princípios da econometria espacial e Exploratory Spatial data analysis (ESDA), incluindo os principais modelos: OLS, Spatial Lag, Spatial Erro além dos critérios de escolha por Anselin e) Construção do modelo e processo de escolha das variáveis e) Interpretação do modelo, resultados encontrados e comparação com estudos similares.

A metodologia utilizada nessa pesquisa, considerando objetivos e finalidades será feita por método empírico e pesquisa bibliográfica para método de comparação. Os dados coletados sobre criminalidade serão do Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em relação as variáveis socioeconômicas o ATLAS Brasil, que sumariza dados por municípios, pautado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será a principal fonte utilizada.

A Monografia será dívida em três capítulos. O primeiro apresentara o referencial teórico da economia do crime, seguido da revisão de literatura sobre os principais estudos relacionados com a economia do crime, focando nos critérios das principais variáveis socioeconômicas escolhidas e resultados obtidos.

O segundo capítulo irá trazer a metodologia, conceitos da econometria espacial e método de construção do modelo, assim como o processo de escolha das variáveis para estimação.

O terceiro capítulo trará a interpretação dos resultados e uma comparação com as conclusões de estudos similares, explicitadas na revisão da literatura.

## 1.1 TEÓRIA ECONÔMICA SOBRE A CRIMINALIDADE

O referencial teórico da presente pesquisa procurou compreender a economia do crime, baseado no estudo, Crime and Punishment: An Economic Approach de Becker (1968), que explicita a ação criminosa sendo pautada pela decisão do indivíduo racional, que analisa o custo benéfico, incluindo vantagens e riscos, pesando na decisão de cometer um crime.

Becker (1968) em seu estudo sobre a economia do crime, desenvolve com bases econômicas, uma análise de políticas públicas e privadas com o objetivo de minimizar o comportamento ilegal na sociedade. A consideração principal do modelo é pautada na decisão do indivíduo, considerando o custo-benefício em alocar seu tempo em uma atividade legal ou ilegal.

Esta decisão pode ser entendida segundo a fórmula abaixo. Viapiana (2006) explicita o modelo de Becker, com o intuito de entender a determinante da atividade criminosa.

Onde:

: benefício gerado ao criminoso por praticar o delito;

: custos da atividade criminosa;

: probabilidade de apreensão

Desta forma o indivíduo é incentivado a escolher a atividade criminosa quando o benefício () excede o custo da atividade criminosa () multiplicado pela chance de ser apreendido ().

Neste sentido a teoria é dividia em quatro (4) principais áreas de atuação, danos, custo de apreensão e convicção, o fornecedor de ofensas e a punição.

Nas próximas sessões, cada área de atuação terá um foco maior explicitando a metodologia matemática de forma sintetizada como meio de pautar a teoria.

### 1.1.1 DANOS

Segundo Becker (1968) a quantidade de danos tende a aumentar com o maior nível de atividade criminal.

Onde é o dano da atividade e é o nivel de atividade. Também temos que o valor social de ganho para o ofensor tende a aumentar com o número de ofensas.

Logo o custo ou danos a sociedade é a diferença entre dano e ganho.

Estas métricas apesarem de serem importantes não podem ser generalizadas, pois seguindo Becker (1968) os custos a sociedade por atividade criminosa se diferem. O exemplo é custo do assassinato, podendo ser medido simplesmente pela perda de renda da vítima, excluindo o valor dado a vida pela sociedade.

### 1.1.2 O CUSTO DE APREENSAO E CONVICCAO

Neste ponto Becker (1968) traz a ideia dos gastos relativos a policiamento, corte, juizado, dentre outros fatores do aparato governamental público que são alocados em esforços referente ao combate à criminalidade.

Uma aproximação para medir o nível de atividade criminal seria o número de ofensas inocentadas por condenação.

Onde:

: É a relação entre os delitos apurados pelas condenações e todos os delitos.

Em outras palavras seria a probabilidade geral de que um delito seja resolvido por condenação. A relação principal, é que aumentar a probabilidade de convicção ou o número de ofensas, aumentaria o custo total da ação criminosa. A formulação abaixo traz esta relação.

Uma das argumentações na modelagem de regressão é o fator dos investimentos e qualidade de policiamento, que envolvem esforços governamentais com objetivo de monitorar e minimizar as atividades criminosas.

### 1.1.3 O FORNECIMENTO DE OFENCAS (ofensas?)

A literatura traz diversos pontos na consideração dos determinantes da atividade criminosa, sendo estes evidenciados na revisão da literatura. Contudo, a maioria concorda no ponto, que com tudo ou mais constante, temos uma tendencia a redução da atividade criminosa quando se aumenta a probabilidade de apreensão. Becker evidencia o método principal da escolha racional do indivíduo baseado na expectativa de utilidade.

The approach taken here follows the economists' usual analysis of choice and assumes that a person commits an offense if the expected utility to him exceeds the utility he could get by using his time and other resources at other activities. Some persons become" criminals," therefore, not because their basic motivation differs from that of other persons, but because their benefits and costs differ. (BECKER, 1968, v. 76, p. 176)

Portanto, a metodologia se embasa na pressuposição que existe uma função relacionando o número de ofensas de qualquer pessoa à sua probabilidade de condenação, à sua punição se condenado, e a outras variáveis, como a renda disponível para ele em atividades legais e outras atividades ilegais, a frequência de prisões incômodas e vontade de cometer um ato ilegal. (BECKER, 1968)

onde é o número de delitos que ele cometeria durante um determinado período, sua probabilidade de condenação por delito, sua punição por ofensa, e uma variável que representa todas as outras Influências. (BECKER, 1968)

O aumento de ou reduziria a utilidade esperada por ofensa, em consequência reduzindo o número de crimes, isto porque o risco por pagar pelo crime cometido iria aumentar, uma vez que a probabilidade de condenação ou a punição por ofensa aumentou. (BECKER, 1968)

### 1.1.4 PUNIÇÃO

A punição para a atividade criminosa é um fator discutido, de forma polemica e com diversas vertentes. No âmbito político e de políticas públicas um grande esforço é alocado em possíveis soluções para a redução da criminalidade. A punição acaba sendo um dos principais, pela facilidade e aceitação, dentre elas se encontram redução da maioridade penal, maior rigor nas condenações, dentre outros.

De modo geral a punição deve se encaixar com o crime, logo, para infrações mais simples temos multas, que são uma punição financeira para quem realiza a ofensa, por outro lado em casos mais sérios temos prisão, confisco de bens, dentre outros.

É importante ressaltar que o custo da punição não reside somente sobre o criminoso, e sim sobre toda sociedade. Por exemplo, na prisão temos a exigência de pessoal, segurança física e tecnológica, manutenção, estes gastos acabam não são redirecionados a outros setores sociais e são em sua maioria originários de tributos e impostos pagos por toda sociedade.

Sendo assim, Becker (1968) determina que o custo da punição é o custo para o indivíduo que cometeu a ofensa mais o custo ou menos o ganho de outros. A relação abaixo mostra a condição em termos do ofensor.

Onde é o custo social e é o coeficiente que transforma em . O tamanho de difere para cada tipo de punição. Para temos crimes menores, com multas enquanto seria prisão, e outros tipos mais sérios de punição.

Quando falamos sobre as punições como método de redução na atividade criminosa é importante manter um certo nível de interpretação, um pois caímos em ideologias distintas relacionadas a punição, a ideia como sempre é encontrar um equilíbrio, em outras palavras, uma penalidade que se encaixa no crime.

Isto é evidenciado principalmente em crimes menores, uma maior punição não significa uma redução nas ofensas, podendo gerar o resultado contrário, uma vez que o risco pelo crime fica drasticamente maior, levando consequentemente a maior violência em crimes simples.

Em suma, Becker (1968), concentra a ideia de determinação de um modelo que permita a melhor alocação de recursos para políticas públicas, com o objetivo de reduzir as ações criminosas, incluindo variáveis de gastos governamentais na segurança pública, policiais, cortes, juizados, dentre outros, que ajudariam a aumentar a probabilidade de um crime ser descoberto (p) e o ofensor seja preso e condenado. O peso da punição pode ser visto como (f) juntamente com o tipo, prisão em regime fechado ou aberto, multa, dependendo do nível de severidade do crime cometido.

Sendo assim, participar em atividades ilegais poderia ser explicado como uma escolha econômica de um indivíduo racional, onde, alocar tempo em certa atividade pagaria mais, considerando os riscos, do que uma atividade legal.

É relevante destacar as diferenças de cada sujeito na consideração de danos causados e riscos, levando em conta que cada um pode ter uma visão acerca do que é considerado atividade ilegal.

To some, any wage rates set by competitive labor markets are permissible, while to others, rates below a certain minimum are violations of basic rights; to some, gambling, prostitusion, and even abortion should be freely available to anyone willing to pay the market price, while to others, gambling is sinful and abortion is murder. These differences are basic to the development and implementation of public policy but have been excluded from my inquiry. (BECKER, 1968, v. 76, p. 209)

Em linhas gerais a teoria trabalha com o consenso de dano e benefício, alinhando com o custo-benefício e a decisão do indivíduo, contribuindo para uma melhor visão na alocação de recursos com bases econômicas.

Cabe síntese da seção –

## 1.3 REVISAO DA LITERATURA

Esta monografia utilizou como revisão literária, estudos, em diversos níveis territoriais, nacionais e internacionais, que se utilizam dos referenciais teóricos já explicitados neste trabalho. Os trabalhos buscam de modo geral responder à questão principal, *“quais as variáveis socioeconômicas que impactam as atividades criminais?”.*

As escolhas das variáveis para análise no modelo de regressão levam em conta as preposições da teoria de Becker (1968). Um exemplo seria a relação da educação, que poderia influenciar positivamente na redução de atividade criminosa, ou um maior aumento na renda das atividades legais, reduzindo a recompensa na atividade criminosa, dentre outros fatores.

Onde é analisado em um modelo econométrico a relevância do espaço em conjunto com as variáveis socioeconômicas, com o objetivo de entender fatores que influenciam a atividade criminosa com o aspecto espacial.

A revisão terá como objetivo explorar as decisões nas escolhas de variáveis para estimação do modelo econométrico, explicitando as diferenças e objetivos nos estudos e por fim concluindo seus principais resultados.

Desta forma será possível ter uma base que suporte as escolhas de variáveis para o modelo econométrico assim como uma comparação para os resultados encontrados.

### 1.3.1 DETERMINANTES DO CRIME

A ideia presente nos determinantes do crime está baseada no conceito teórico de Becker (1968), onde o indivíduo racional considera os riscos e benefícios no momento de decidir alocar seu tempo em uma atividade legal ou ilegal.

De início, o primeiro grupo de variáveis explanatórias que entram no escopo da análise giram em torno da renda e desigualdade. A renda por si só acaba não sendo significante, FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, (1998) indica que maior desigualdade está associada com maior homicídio intencional, contudo o nível de renda percepta não é significante.

O problema em relação a análise única da renda ou renda percapita é que ela possui dois vieses de interpretação, no modelo de Becker (1986) a decisão do indivíduo é pautada no custo-benefício em participar ou não de atividade ilegal considerando riscos e recompensas.

O maior nível de renda tende a ser interpretado como uma maior recompensa por realizar atividades legais, portanto, reduzindo a atratividade de cometer algum crime. Isto pode levar a uma interpretação perigosa, que considera regiões pobres como mais propensas ao crime.

Contudo, outro ponto de vista é que, com maior renda percapita, a recompensa pela atividade criminosa também aumenta. Logo, em regiões com maior nível de renda, teria uma maior oportunidade para grandes ganhos, considerando a atividade criminal.

Por este motivo, a literatura considera a renda, contudo engloba o componente de desigualdade como o mais relevante, pois este sim, estaria positivamente relacionado com as atividades criminosas.

Segundo FRANCISCO; FAJNZYLBER (2001), ao analisarem as taxas de homicídio abrangendo os estados da federação brasileira de 1981 até 1996, encontraram que um aumento de 1% na desigualdade, medida pela fração da renda total dos 20% mais pobres, levaria a uma queda de 3,1% na taxa de homicídio.

Scorzafave e Soares (2009) em um estudo para os municípios do estado de São Paulo, considerando o impacto da renda e outras variáveis sobre crimes com retornos financeiros, eles também detectam relação positiva da desigualdade com crimes financeiros, com uma elasticidade de 1,46. É utilizado como base dados do censo demográfico do ano 2000.

A utilização da renda mediana é uma das opções para o tratamento da variável renda, Scorzafave e Soares (2009) utilizam no estudo outras combinações. No caso da desigualdade a opção é o indicador de Gini ou Theill e uma combinação de outras variáveis. Sendo elas, fração do total da renda apropriada pelos 20% mais pobres, fração do total da renda apropriada pelos 20% mais ricos, taxa de renda média dos 20% mais ricos e taxa média dos 40% mais pobres.

Outro ponto relevante apontado por FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, (1998), é que a desigualdade é uma variável “sensível à política”, portanto, ações públicas que se voltem para a redução da criminalidade devem estar atentas a desigualdade.

De modo geral, o consenso é que a desigualdade apresenta um peso relevante para a análise das ações criminosas, contudo é importante ter cuidado com a análise única da renda, sendo preferível realizar transformações para tratar mais do ângulo desigual.

Continuando na linha de variáveis de teor mais econômico, como renda e desigualdade, temos o desemprego. Ehrich (1968), em seu estudo participation in illegitimate activities, conclui que os resultados relacionados a taxa de desemprego relacionado a taxa de crimes, são, em suas palavras, “desapontadores”.

A utilização da variável pode servir como um indicador complementar de oportunidade de renda, que estaria disponível no mercado. Por outro lado, MADDAH, M (2013), traz uma análise empírica da relação da taxa de desemprego e taxa crimes relacionados a roubos para o irã. Os resultados encontrados são significativos e positivos.

Os resultados também são positivos para o caso brasileiro, FRANCISCO; FAJNZYLBER, (2001) estimam que para um acréscimo de 1% no desemprego teria resultado de um aumento em 3,4% nas taxas de homicídio. O estudo de Scorzafave e Soares (2009) também encontra significância para a taxa de desemprego no estado de São Paulo, com dados do ano 2000.

Em linhas gerais a taxa de desemprego apresenta divergência entre estudos, contudo, no caso brasileiro se mostrou significante na análise. Em suma, as recomendações de políticas públicas acrescentam a redução na taxa de desemprego como positiva, uma vez que melhoram a estabilidade econômica e contribui para o aumento na recompensa em atividades legais.

Quanto se trata de dados com peso espacial a densidade demográfica acaba sendo uma das variáveis que apresentam grande relação com as atividades criminais.

Em seu estudo “Why is There More Crime in Cities?” GLAESER; SACERDOTE, (1999), traz o conceito da urbanização e densidade demográfica como um fator importante na análise de variáveis que influenciam as ações criminosas.

É discutido principalmente o prêmio relacionado ao crime urbano, isto porque, grandes cidades podem tornar os seus moradores mais propensos ao crime, quando comparado com cidades pequenas. Os fatores podem ser relacionados a menor chance de ser detectado, apreendido e punido, isto porque, as ações policiais são mais efetivas em cidades menores. (GLAESER; SACERDOTE, 1999)

Também é enfatizado um dos grandes problemas de dados criminais, sendo ele a subnotificação, segundo GLAESER; SACERDOTE, (1999), indivíduos em grandes cidades estão menos inclinados e denunciar atividades criminosas, quando comparado com cidades menores.

Nesse caso, o número de prisões por crime relatado pode ser o mesmo em cidades grandes e pequenas, contudo o número de prisões por crime real pode ser muito menor nas grandes cidades. (GLAESER; SACERDOTE, 1999)

A literatura analisada também concorda com a importância da densidade demográfica, MADDAH, M (2013) e FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, (1998), utilizam a mesma em seus estudos, Scorzafave e Soares (2009) utilizam a porcentagem de população urbana em 2000, adicionando também uma variável binaria para regiões metropolitanas.

Neste sentido, as referências tendem a ir de encontro, localidades mais densas demograficamente tendem a estar relacionadas de maneira positiva com maiores taxas de crimes, incluindo financeiros (Scorzafave e Soares, 2009) e homicídios (MADDAH, M 2013) e (FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, 1998)

Até o momento revisamos variáveis de teor mais específico e objetivo, renda, desigualdade, desemprego e densidade demográfica. Contudo, outros fatores podem afetar a decisão do indivíduo no momento da sua escolha de atividade ilícita.

Com isso, é introduzido a variável de instabilidade da família, no sentido que, famílias mais estáveis tenderiam a ter uma menor inclinação a realizar atividades criminosas.

Uma das maneiras de medir a instabilidade familiar, segundo GLAESER; SACERDOTE, (1999), é com a compreensão de famílias chefiadas por mulheres, neste sentido, ele também relaciona que grandes cidades tendem a concentrar maior número de famílias monoparentais.

O estudo “The impacto f income and Family Structure on Delinquency”, por COMANOR; PHILLIPS, (2002), considera a influência dos pais extremamente importante na economia familiar, evidenciando que o indicador da renda, por si próprio, é muito menos importante, criticando a análise da violência durante a adolescência, que observa primeiro a renda familiar.

De acordo com a análise empírica, os incentivos financeiros governamentais a famílias sem presença paterna, teria pouco efeito na delinquência adolescente. COMANOR; PHILLIPS, (2002) reforça que pais substitutos também teriam pouco efeito.

O estudo “Factors Affecting Juvenile Delinquency”, de LOBOS, J. (2018), que entrevista mais de 105 pessoas, de idades de 15 a 31 anos, concluiu que quase metade (44,8%) viviam em familiar nucleares, mais de um quarto (26,7%) pertenciam a famílias desestruturadas.

Os resultados de LOBOS, J. (2018) relacionam também que para um terço dos entrevistados (35,2%) o lar não teve influência para que se tornassem indivíduos delinquentes, por outro lado, quase um quarto (22,9%) relataram que este fator teve influência.

FRANCISCO; FAJNZYLBER, (2001) utilizam a instabilidade familiar em seu estudo, como famílias chefiadas por mulheres, e concluem que para um aumento de 1% na porcentagem de famílias instáveis teria como impacto um aumento de 4,5% na taxa de homicídio.

Por outro lado, Scorzafave e Soares (2009) utilizam para instabilidade familiar a porcentagem de mães adolescentes entre 15 e 17 anos no período de 1991 para os municípios do estado de São Paulo, obtendo resultado significativo.

O conceito de instabilidade familiar é amplo, podendo ser tratado de diversas formas, principalmente dependendo da disponibilidade dos dados para o nível territorial desejado, contudo, se considera como uma variável relevante, que para o caso brasileiro, nos estudos revisados, estão presentes apresentando significância.

O conceito de instabilidade familiar, como visto, enfatiza um efeito mais forte em uma faixa etária mais jovem, desta forma, a variável de predisposição do jovem a atividades criminais também pode ser incluída no estudo.

Os jovens, de modo geral, estão mais predispostos a escolherem por atividades criminosas, LOBOS, J (2018) conclui que 78,1% dos respondentes em suas entrevistas para avaliar a delinquência juvenil eram entre 17 e 21 anos, enquanto 17,1% estavam entre 12 e 16 anos.

O estudo avalia que uma das principais razoes para a maior predisposição dos jovens é a pressão dos pares, tendo uma maior influência para tornar o indivíduo delinquente. LOBOS, J (2018) também aponta que os correspondentes perceberam a escola como um fator que menos influencia.

A importância da faixa etária também é vista em FRANCISCO; FAJNZYLBER, (2001), onde ele indica que na faixa etária mais jovem as taxas de homicídios ficam bem maiores do que as de faixa mais velhas. Também encontra que para a desorganização social o indicador teve representação significativa até 32 anos de idade.

Com isso, uma variável de predisposição para os jovens é consenso na maioria dos estudos, FRANCISCO; FAJNZYLBER (2001), concluem, que o problema da criminalidade é mais acentuado nos jovens, contando com efeitos maiores de variáveis como renda, desemprego e chefia de família.

A linha de pensamento para a população mais jovem continua com a variável de nível educacional, como visto este recorde de população apresenta maiores efeitos de variáveis socioeconômicas e impactos na criminalidade.

Contudo, a educação similar a renda, apresenta uma dupla interpretação. A primeira, e mais intuitiva, é que um maior nível educacional em determinada região daria melhor suporte oportunidades, aumentando a recompensa pelo trabalho legal, assim como outros fatores de conscientização e socialização.

Por outro lado, temos um segundo viés, regiões com maior nível educacional poderiam representar locais com maior nível de recompensa para o crime, uma vez que sua população, mais especializada tendem a aumentar o prêmio de recompensa por atividades ilegais.

Neste sentido, FAJNZYLBER; LEDERMAN; LOAYZA, (1998) apresentam a relação de educação e crime como um quebra cabeça, um dos fatores para justificar a inconsistência pode vir pelo atraso no esforço educativo na redução na criminalidade, ou seja, o efeito da educação não se materializa quando os jovens estão sendo educados, mas quando se tornam adultos.

Por sua vez, LOBOS J, (2018) indica que 30,5% dos entrevistados em seu estudo relataram que a escola teve menos influencia em sua delinquência, seguindo por mais de um quarto 27,6% que afirmaram não ter influência alguma.

O efeito da escolaridade é utilizado nos estudos revisados e a justificativa se encontra, principalmente, na análise da população mais jovem, onde o consenso é que são uma faixa etária mais afetada pelas variáveis socioeconômicas, portando maiores níveis educacionais tendem a mitigar efeitos de menor renda, desemprego e outros.

Por fim, temos a variável relacionada ao risco para cometer a atividade ilegal, neste caso temos algumas opções, dependendo muito da disponibilidade de dados disponível para determinado recorte.

O nível de investimento em segurança pública pode ser uma proxy para o risco em cometer atividade ilegais, pois em tese aumentaria as chances de ser descoberto. Podemos considerar também a taxa de encarceramento, indicando o nível de eficiência do âmbito judiciário em identificação, apreensão e condenação.

Outros fatores relacionados ao policiamento podem ser utilizados, como índice de investimento específico nos mecanismos policiais de proposito em reduzir o crime, como investimentos em treinamento policial, equipamentos como armamentos, tecnologias, veículos.

Como proxy, a variável de regiões metropolitanas pode relacionar o menor risco em ser apreendido nestes municípios, servindo como suporte, no caso de insuficiência de dados de segurança e/ou investimento policial ao nível territorial e periodicidade do estudo.

Com isso, temos a definição das principais justificativas e comparação dos resultados obtidos em diversos estudos similares, incluindo a escolha de variáveis e suas especificidades.

# **METODOLOGIA**

## 2.1 REGRESSÃO ESPACIAL

Intro ferramentas...

Para a econometria espacial, a referência base foi, o livro Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice de Weisburd et al. (2022) que trouxe o embasamento para as metodologias.

Os modelos de regressões tradicionais, analisam dados de séries temporais e em painéis, considerando que as observações e regiões são independentes entre elas. (LESAGE, J. P., 2008)

Diversos tipos de modelos podem ser analisados sem o componente regional, contudo por racionalidade podemos considerar que mesmo não sendo explicitado no modelo tradicional o conceito de espaço e região sejam significantes.

Um exemplo seria de LESAGE, J. P (2008), com um modelo de regressão que relaciona o tempo de transporte para o trabalho de uma região para número de pessoas na região , assumindo que a escolha de método e densidade do bairro na região de não teria uma influência no tempo de transporte da região . Assumir que as linhas de transporte público, incluindo estrutura e densidade demográfica dos bairros não possuem relação entre si, e, portanto, seriam independentes é irrealista.

Neste sentido, o campo da econometria espacial utiliza de técnicas para incorporar o componente de dependência entre observações, incluindo as regiões do espaço que estão de certa forma próximas geograficamente. (LESAGE, J. P., 2008).

A teoria utilizada para este trabalho foi pautada nos principais conceitos de regressão e análise espacial. Incluindo, Autocorrelação Espacial, Matriz de Vizinhança, processo autorregressivo e modelos de Espatial Lag e Spatial Error. As próximas sessões vão trazer em mais detalhes cada conceito separadamente.

### 2.2.1 AUTOCORRELACAO ESPACIAL

O exemplo do transporte público e a relação espacial que eles compartilham, entre bairros, estruturas e outros é uma de muitas interações em que o espaço tem grande peso.

Neste estudo, a criminalidade, possui por origem um componente espacial forte, relacionados com si próprio, em outras palavras, regiões mais violentas tendem a ter em sua proximidade outras regiões violentas. E relacionada a outras variáveis, como visto na teoria de Becker (1098), com influência de desigualdade, educação, esforço policial, dentre outras, tendem a alterar o processo de decisão na escolha de praticar atividades ilegais.

A correlação espacial se refere à forca da associação entre casos entre o espaço, o quão similar as observações são entre os vizinhos. Os dados de criminalidade, como comentado tendem a ter uma forte correlação espacial, regiões com mais níveis de violência tendem a estar cercadas por outras regiões violentas. (WEISBURD et al., 2022)

Correlação espacial traz à forca da relação entre variáveis no espaço, mas o que descreve o processo que esta correlação acontece são as dependências espaciais e heterogeneidade espacial.

As dependências espaciais estão relacionadas as interações no espaço, causando agrupamentos de eventos ao longo do espaço, surgindo devido a interação das observações que estão próximas geograficamente. (WEISBURD et al., 2022).

Neste caso, poderíamos ter como exemplo regiões extremamente violentas que espalham para as próximas maiores níveis de violência, a intensidade de violência em uma região afeta a intensidade da violência nas localidades próximas.

Por outro lado, heterogeneidade espacial está relacionada a estrutura do espaço, causando uma distribuição irregular de eventos ao longo do espaço. (WEISBURD et al., 2022). Um exemplo seria o nível de violência aumentar durante grandes eventos, como as Olímpiadas do Rio de Janeiro.

Estes pontos são importantes de se ter em mente uma vez que afetam a escolha de modelagem para a regressão, dependendo da estrutura dos dados e o objetivo da pesquisa.

### 1.2.1 MATRIZ DE VIZINHANCA

Nesta sessão vamos tratar sobre a Matriz de Vizinhança, sendo necessária para detectar e corrigir correlação espacial. A matriz de vizinhança é um modo numérico de representar relações de vizinhança entre pontos (par de coordenadas x e y, representando latitude e longitude) ou polígonos (representando a combinação de 3 ou mais pontos de latitude e longitude). (WEISBURD et al., 2022).

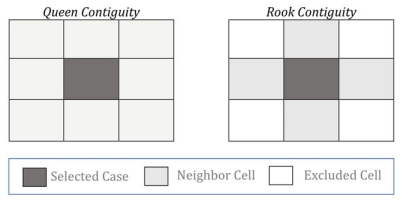
Os principais métodos de identificação de vizinhança estão pautados em contiguidade, distância ou número de vizinhos. Cada método se ajusta de maneira diferente aos dados observados. Analisaremos com mais detalhe cada um dos princípios.

A matriz de contiguidade espacial com pesos se preocupa com o conceito de adjacentes. Utilizado comumente para polígonos, a contiguidade se preocupa se um polígono está tocando no outro assim como o modo em que ele está tocando. (WEISBURD et al., 2022).

Os dois principais métodos de contiguidade são os da rainha e torre. Exemplificado pelo xadrez temos que no método de contiguidade da rainha todos os polígonos adjacentes incluindo os que se encontram nos vértices são considerados vizinhos.

Pelo método de contiguidade da torre, temos os polígonos dos vértices excluídos como vizinhos, mantendo apenas os que se encontram nas bordas, similares aos movimentos das peças em um jogo de xadrez. A imagem abaixo traz exemplificação de ambas as contiguidades.

**Figura 1 - Conceitos das Matrizes de Vizinhança**

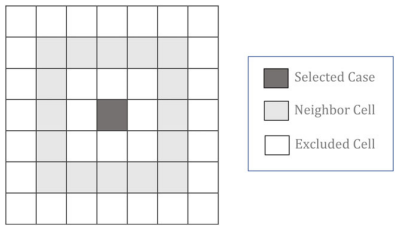


Fonte: (WEISBURD et al.). Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. p. 552, fig. ()

Ambos os métodos permitem adaptação no nível de células ou polígonos estão sendo considerados como vizinhos, neste caso da imagem 1 temos ordem um de contiguidade, poderíamos aumentar para ordem 2, adicionando a matriz vizinhos apenas os de ordem 2.

É importante mencionar que os vizinhos de ordem 1 não serão considerados na matriz de ordem 2 automaticamente, a não ser que seja especificado.

**Figura 2 - Matriz de Vizinhança de Segunda Ordem**



Fonte: (WEISBURD et al.). Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. p. 552, fig. ()

Outra opção, como mencionado, é a matriz de vizinhança com peso baseada na distância. Normalmente calculada para a escolha de polígonos vizinhos e pode ser utilizada com o centroide de cada polígono, portando supondo que o limite de vizinhança seja um raio de 50 Quilômetros, todos os polígonos que possuem centroides dentro deste limite vão ser considerados vizinhos.

Por outro lado, temos a opção de utilizar a matriz por número de vizinhos, chamada de k-nearest neighbors. Onde k indica o número de vizinhos que queremos incluir na análise. Este método inclui o vizinho mais próximo primeiro e segue para o próximo, até chegar no limite determinado. (WEISBURD et al., 2022).

O método k-nearest neighbors não exige contiguidade e a distância entre polígonos também não é um problema. Ele é útil para resolver problemas que normalmente acontecem com regiões isoladas ou ilhas, que não possuem relação de contiguidade. Contudo, assinamos de maneira fixa um número de vizinhos para todos os polígonos, em outras palavras, todos terão um número de vizinho independente da localidade.

### 1.2.2 MATRIZ DE VIZINHANCA COM PESOS

Até o momento consideramos as diversas matrizes de vizinhança e as situações nas quais seriam feitas as suas utilizações, dependendo da característica geográfica ou das necessidades de análise dos dados. Contudo, durante o estudo podemos considerar que vizinhos mais próximos teriam um peso maior na nossa análise.

Portanto, nesta sessão, será explicitado a formulação e utilização dos conceitos relacionados as matrizes observando como são feitas as métricas e atribuição de pesos.

O método mais simples de quantificar a relação entre vizinhança é utilizando pesos binários, quando um par de unidades espaciais, podendo ser polígonos, são consideradas como vizinhoss, temos , se não . Isto se aproxima da matriz de correlação, onde a diagonal reflete uma unidade espacial com si mesmo.

De modo geral temos duas opções, a matriz com pesos binários e a com pesos padronizados em linha.

Na primeira, consideramos como sendo vizinho ou não sendo vizinho, a soma da linha da matriz pode ter valores diversos, dependendo do número de vizinhos.

Por outro lado, quando temos linhas de peso padronizadas o resultado da soma das linhas da matriz resulta no máximo em 1. A imagem abaixo traz a exemplificação da matriz com pesos binarios.

Tabela 1 - Matriz com Pesos Binários

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Região | | | | | | |
| Reg  I  ão |  | 1 | 2 | 3 | 4 | Soma |
| 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| 3 | 1 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Fabricação própria com base em Weisburd et al. (2022), Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. p. 552, fig. ()

Neste caso, estamos assinando para vizinhos o valor 1 e para não vizinhos o valor 0. Neste exemplo a região 4 é vizinha apenas da região 3, enquanto a região 3 é vizinha da 4, 2 e 1. Podemos observar que a soma das linhas na matriz de contiguidade com pesos binários varia, dependendo da quantidade de regiões e respectivas vizinhanças.

Neste caso, a matriz com a padronização das linhas atribui proporcionalmente pesos para determinadas vizinhanças, reduzindo a soma de todas as linhas a 1.

Tabela 2 - Matriz de Vizinhança com Pesos Padronizados

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Região | | | | | | |
| Região |  | 1 | 2 | 3 | 4 | Soma |
| 1 | 0 | .50 | .50 | 0 | 1 |
| 2 | .50 | 0 | .50 | 0 | 1 |
| 3 | .33 | .33 | 0 | .33 | 1 |
| 4 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |

Fonte: Fabricação própria com base em Weisburd et al. (2022), Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. p. 552, fig. ()

Podemos observar que apesar da padronização ainda temos que os pesos assinados a cada vizinhança são os mesmos, sendo a divisão do total pelo número de vizinhos, portanto, proporcional.

Para conseguirmos atribuir peso maior para vizinhanças mais próximas e decair com o nível de distância a utilização da matriz de vizinhança com pesos inversa é necessária.

### 1.2.3 MORAN`S INDEX

A matriz de vizinhança com pesos é utilizada para calcular o indicador de autocorrelação espacial, Moran I. Sendo o coeficiente que quantifica a força de correlação espacial, estando entre -1, onde existe autocorrelação espacial negativa, até 1, onde indica autocorrelação espacial positiva. (WEISBURD et al., 2022).

A definição do indicador de Moran I segundo Weisburd et al. (2022) é dado pela equação abaixo.

: Número de unidades espaciais;

: Valor de um intervalo de uma variável em uma localidade ;

: Valor de outra variável em uma outra localidade ;

: A média da variável;

: É a soma de todos os pesos espaciais

Desta forma caso não exista nenhuma autocorrelação espacial o Moran I pode ser descrito de acordo com a fórmula abaixo.

O indicador de Moran I é interpretado de maneira similar ao coeficiente de correlação. Caso computemos o indicador para taxa de crime o indicador irá retornar um valor que indica o quão similar ou não similar em média a taxa de crime é comparado com os vizinhos próximos.

Um exemplo de Weisburd et al. (2022) está relacionado com o teste global de Moran I para chamadas recebidas pela polícia, sendo um único valor que sumarizaria a autocorrelação espacial de crimes contra propriedade em determinada região, utilizando os CEPs como média. O resultado esperado seria um indicador positivo, uma vez que, dado um certo CEP teria taxas de crimes contra propriedade similares aos CEPs vizinhos.

Outra opção para o teste de Moran I é sua utilização como indicador de associação espacial local (LISA). Ele ilustra em um nível mais detalhado e micro como a correlação espacial varia entre regiões. A relação é padronizada para quatro tipos.

Alta-Alta, seria um indicador que áreas vizinhas tem uma alta similaridade em valores. Um exemplo seria regiões que possuem altos níveis de violência, e por consequência seus vizinhos também possuem altos níveis de violência.

Baixa-Baixa, seguindo a mesma lógica do Alta-Alta, sendo um indicador de similaridade, mostrando que áreas vizinhas tem baixos valores, similares a área central estudada.

Alta-Baixa, seria um indicador de não similaridade, mostrando que áreas vizinhas tem baixos valores comparados com a área central. Um exemplo são regiões extremamente ricas cercadas de áreas extremamente pobres.

Baixa alta, segue ela logica da Alta-Baixa, sendo indicador de não similaridade, mostrando que áreas vizinhas tem altos valores comparados com a área central.

### 1.2.4 METODO DOS MINIMOS QUADRADOS ORDINARIOS (MQO)

O entendimento dos mínimos quadrados ordinários é importante para os outros modelos que serão vistos a frente, apesar de não representar um bom ajuste para dados com relação espacial ele representa o início da análise e estruturação da relação que queremos estudar.

O MQO representa uma relação linear entre uma ou diversas variáveis independentes com uma variável dependente. Weisburd et al. (2022) traz a simplificação do modelo na formulação abaixo.

Sendo a variável dependente e a independente, é coeficiente de regressão, sendo a inclinação e medindo a magnitude da relação estudada, por fim temos que representa o erro aleatório do model.

MQO traça a melhor regressão ajustada, minimizando a soma dos erros quadrados. Considerando que a diferença entre os valores da predição do modelo e as observações reais variam de forma positiva e negativa, gerando assim os erros temos primeiro a necessidade da transformação erros quadrados e depois buscar o menor erro possível no somatório.

Desta forma, o MQO utiliza como base de estimativa para os coeficientes os erros quadrados, contudo, a regressão assume que estes resíduos possuem variância constante (Homoscedasticidade). No caso de dados com autocorrelação espacial, os erros, podem não ser estocásticos (aleatórios), existindo assim, padrões de associação entre regiões próximas.

Um exemplo seria tentar quantificar países que realizam esforços para combater corrupção dentro de suas legislações. Realizando ativamente práticas de investigação, punição e outros para reduzir práticas corruptas dentro do governo.

Ao realizar um modelo de regressão com MQO para prever este resultado em um mapa, com os erros de cada país, teríamos que a predição seria melhor em países com democracias mais fortes e legislações estáveis, pois estes seguem uma regulação mais estrita neste específico caso.

O fator de proximidade geográfica também seria um significante, uma vez que países que por exemplo se encontram na união europeia teriam legislações similares dado a características históricas de desenvolvimento.

O fator principal é que a heterocedasticidade viola o princípio da regressão pelo MQO, estando presente nos erros das relações espaciais e levantando a hipótese de que o componente espacial deve ser tratado de maneira especial.

Com isso, temos que a regressão pelo MQO, com dados que possuam relação espacial não é recomendado, uma vez que as estimativas podem conter viés devido a violação do princípio da homoscedasticidade dos erros. Apesar de ser um bom início de exploração das relações entre variáveis, outras opções são aconselhadas, sendo as principais, Spatial Lag (SAR) e Spatial Error (SEM).

### 1.2.5 MODELO SPATIAL LAG

Segundo Weisburd et al. (2022) o modelo de Spatial Lag é utilizado para regressão quando a variável dependente é influenciada pelos seus vizinhos, sendo um dos modos mais comum para investigar dependência espacial. O modelo lida com a dependência espacial incorporando a defasagem da variável dependente.

O modelo é similar ao MQO, contudo adiciona a defasagem da variável espacial dependente. Temos para um valor por 1 vetor de observações na variável dependente ao longo do espaço. Adicionado ao modelo de MQO, os valores dos vizinhos que possuem o peso da matriz espacial , multiplicado por , sendo o coeficiente autorregressivo para a variável dependente. (WEISBURD et al., 2022).

Rho indica a forca da autocorrelação espacial presente na variável dependente.

Temos como teste de Hipótese:

é uma por matriz de variáveis independentes, um por 1 vetor de respectiva regressão de coeficiente, e uma por 1 vetor de independentes e normalmente distribuídos resíduos. (WEISBURD et al., 2022).

Neste caso, a estimativa de depende de e , sendo assim a interpretação de não é a mesma que no MQO, pois consideramos o efeito espacial para a variável na matriz de vizinhança.

De acordo com Weisburd et al. (2022) no modelo MQO o efeito da variável independente na variável dependente é constante ao longo das observações. Isso não acontece quando temos incorporado o efeito espacial no modelo, porque ele varia os resultados para diferentes vizinhanças em cada observação do banco de dados.

Portanto, quando queremos descobrir um processo de interação espacial e os efeitos nos vizinhos na variável dependente podemos utilizar o modelo de Spatial Lag.

A imagem abaixo traz uma sintetização da relação entre as variáveis e o que o modelo de Spatial Lag consegue analisar, comparando com o já discutido MQO e o Spatial Error, que será analisado em seguida.

Diagrama, Gráfico de caixa estreita

Descrição gerada automaticamente**Figura 3 - Comparação de Modelos de Estimação**

Fonte: (WEISBURD et al.). Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. p. 552, fig. ()

Podemos observar que diferente do modelo de MQO, utiliza-se no Spatial Lag a seleção de parâmetros com maior verossimilhança, deixando de lado os mínimos quadrados ordinários, isto traz um beta, rho e lambda mais ajustado para dados com relação espacial.

Em relação a influência dos vizinhos como dito anteriormente, no modelo Spatial Lag os valores de em uma unidade está diretamente relacionado aos valores de encontrados em vizinhos . (WEISBURD et al. 2022).

### 1.2.6 MODELO SPATIAL ERROR

O modelo Spatial Error é utilizado na regressão quando acreditamos que a autocorrelação espacial observada tem relação com o processo espacial cuja intensidade varia ao longo do espaço (Heterogeneidade espacial). Este modelo lida com heterogeneidade espacial estimando o coeficiente espacial dentro do erro da regressão. O modelo incluo um termo de erro para os vizinhos, definido pela matriz de vizinhança com pesos , juntamente com o termo de erro usual. (WEISBURD et al., 2022).

Onde:

Temos que é um compilado de , um coeficiente espacial autorregressivo para os resíduos, , resíduos das localizações dos vizinhos que estão na matriz espacial de vizinhança com pesos, e, um vetor independente e com erros distribuídos de forma idêntica, chamados de ruídos brancos. (WEISBURD et al., 2022).

A diferença do modelo de Spatial Error, reside no fato que o coeficiente que indica o efeito dos vizinhos da variável dependente não é estimado separadamente igual no modelo Spatial Lag, isto porque, ele incorpora dentro do termo de erro. (WEISBURD et al., 2022)

Este referencial teórico trouxe os conceitos fundamentais utilizados nesta pesquisa, que inclui a teoria de Becker (1086), que justifica a escolha de variáveis para o modelo. A econometria e análise espacial, por Weisburd et al. (2022), buscando explicitar os modelos e seus conceitos, que serão analisados posteriormente.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Ari Francisco; FAJNZYLBER, Pablo. CRIME E ECONOMIA: UM ESTUDO DAS MICRORREGIÕES MINEIRAS. IX Seminário sobre a Economia Mineira, [s. l.], p. 809-840, 2000.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: An Economic Approach. Journal of Political Economy, Columbia, v. 76, ed. 01, p. 169-217, 1968.

CERQUEIRA, DANIEL RICARDO DE CASTRO. Causas e consequências do crime no Brasil. Orientador: João Manoel Pinho de Mello Rodrigo Reis Soares. 2014. 188 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COMANOR, W. S.; PHILLIPS, L. The Impact of Income and Family Structure on Delinquency. Journal of Applied Economics, v. 5, n. 2, p. 209–232, nov. 2002.

EHRLICH, Isaac. Participation in Illegitimate Activities: ATheoretical and Empirical Investigation. Journal of Political Economy, [s. l.], v. 83, ed. 3, p. 521-565, 1973.

FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. Determinants of crime rates in Latin America and the world. [s.l.] The World Bank, 1998.

FILHO, Claudio Chaves Beato; REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, Desenvolvimento Sócio-econômico e Crime. Atlas da Violência - IPEA, [s. l.], p. 1-14, 1999.

FRANCISCO; FAJNZYLBER, P. O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996. 1 jan. 2001.

GLAESER, EDWARD L.; SACERDOTE, B. Why is There More Crime in Cities? Journal of Political Economy, v. 107, n. S6, p. S225–S258, dez. 1999.

HEINEKE, John; BLOCK, Michael Kent. The supply of legal and illegal activity: A choice theoretic analysis. Santa Clara Business Review, [s. l.], p. 1-16, 1973.

JEFFERY, Clarence Ray. The Historical Development of Criminology. Journal of Criminal Law and Criminology, [s. l.], v. 50, p. 3-19, [1959-1960].

LOBOS, J. Factors Affecting Juvenile Delinquency. Faculty Research JournalBulacan State University - Meneses Campus, v. 7, p. 1–6, 2018.

MAJID MADDAH. AN EMPIRICAL ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN UNEMPLOYMENT AND THEFT CRIMES. 1 jan. 2013.

NAKABASHI, Luciano et al. Boletim de Seguranca Pública - Ribeirão Preto. Centro de Pesquisa em Economia Regional da FUNDACE (CEPER), [s. l.], v. 24, p. 1-10, 2020.

RESENDE, João Paulo; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime Social, Castigo Social: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 41, ed. 1, p. 174-195, 2011.

SALVIATO, Rafael Buttini; MOURÃO, Gustavo Nunes. ECONOMIA DO CRIME: UM ESTUDO SOBRE A TEORIA ECONÔMICA DO CRIME E AS SUAS VERIFICAÇÕES NO ESTADO DO PARANÁ. Memorial TCC – Caderno da Graduação, [s. l.], p. 353-368, [2014-2015].

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; SOARES, Milena Karla. Income inequality and pecuniary crimes. Economics Letters, [s. l.], v. 104, p. 40-42, 2009.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. ECONOMIA DO CRIME: TEORIA E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA (PR). Revista de Economia e Administração, [s. l.], p. 1-20, 2005.

WEISBURD, David et al. Advanced Statistics in Criminology and Criminal Justice. 5. ed. Switzerland: Springer, 2022. 552 p.